



---

ÁREA TEMÁTICA: Identidades, Valores e Modos de Vida

---

### MUSEU NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS OU QUAIS SÃO SEUS LUGARES NO IMAGINÁRIO COLETIVO? — PONTUAIS ANOTAÇÕES —

---

PONCE MARANHÃO, Helena

Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Mestre em Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ,

Socióloga e Cientista Política – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-RJ

Pesquisadora (aposentada) - IPHAN/MINC

Colaboradora - *Nosso Espaço*: projeto comunitário, cultural e museológico de Cumuruxatiba – Prado/BA

hspm@rjnet.com.br

---

#### Resumo

Pretende-se problematizar *o(s) lugar(es) do museu no imaginário social* – seus sentidos nas *representações coletivas*. Investigar esse *locus museal* enquanto espaço institucional-simbólico porque nele imaginários engem-se. Ao concebê-lo como *lugar mental* – porquanto *espaço imaginário sem fronteiras* que nos apodera e é por nós apoderado – é plausível questionar repercussões nas formas representativas e identitárias a fim de considerar a experiência ou prática museológica em face da variedade sociocultural das coletividades que pretende envolver.

Far-se-á a aproximação a partir do que instiga a reflexão de Malraux: ao propor uma concepção de museu enquanto *lugar mental*. Espaço imaginário sem fronteiras que nos habita. Uma vez que nosso espírito retém formas por nós admiradas. Mas é também capaz de abarcar aquelas que afastamos ou rejeitamos.

Logo, essa idéia *do lugar do museu no imaginário* dilata-se. Ao comportar memórias em (e por) nós contidas. Não seria mais museu conformado (ou até deformado?) por reproduções, mas estaria para além, porque se pode concebê-lo mentalmente e discutir quais *afetos e/ou desafetos* estão imaginariamente nele investidos?

Esta comunicação apóia-se em projeto de pesquisa em desenvolvimento.

Palavras-chave: museu e imaginário; identidades e representações sociais; diversidade sociocultural





## MUSEU NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

### OU QUAIS SÃO SEUS LUGARES NO IMAGINÁRIO COLETIVO?

#### — PONTUAIS ANOTAÇÕES —<sup>i</sup>

#### I

Façamos tópica aproximação a partir do que nos instiga a reflexão de Malraux (1974) ao propor uma concepção de museu enquanto *lugar mental*. Espaço imaginário sem fronteiras que nos habita. Uma vez que nosso espírito retém formas por nós admiradas. Mas é também capaz de abarcar aquelas que afastamos ou rejeitamos.

Portanto essa idéia *do lugar do museu no imaginário* dilata-se. E não caberia adicionar que assim comportaria memórias em (e por) nós contidas? Não seria mais museu conformado (ou até deformado?) por reproduções, mas estaria para além, porque se poderia concebê-lo mentalmente.

Seria, então, plausível discutir quais *afetos e/ou desafetos* estão imaginariamente nele investidos? De um ponto de vista psicossocial, poder-se-ia relacionar estas preliminares noções (*afeto e/ou desafeto*) a: um dos tipos das funções mentais que se dividem em afeto, cognição e volição; bem como ao estado provocado por estímulos externos ou por representações<sup>ii</sup>, acompanhado de certo grau de tensão e composto de sentimentos particulares.

Segue-se, pois, sinalizando criativas relações (cf. Malraux, apud. Rosa da Silva, 2002), sendo esse *museu imaginário* necessariamente *lugar mental*, não é por nós habitado, mas sim nos habita. Formas reconhecidas e tecidas por imaginárias *magias* apoderam-se ou são por nós apoderadas e assim sobrevivem ou resistem neste espaço que se faz mental.

Distinto da concepção e de modelos *museais* tradicionalmente formulados, esse *museu imaginário* não impõe limites na medida que confrontaria “*formas de um mundo informe e atemporal*”, ou seja, no sentido de que escaparia imaginariamente às delimitações de um mundo historiado por outrem. Esse *museu imaginário* descentraliza, *des-coleciona*, *des-territorializa*, *des-hierarquiza* culturas (cf. Rosa da Silva, 2002).

Se a busca de totalidade é sempre impossível, permite, porém, que se preencham lacunas: mesmo “... *sem conseguir em momento algum aproximar (...) da totalidade, provoca o imaginário, capaz de concebê-la, e permite ainda pensar a reprodução como uma tentativa concreta, embora precária, de sonhá-la*” (ibidem).

Logo, tal movimento empreendido pela imaginação (e pelo conhecimento nela por imanência investido) suscita capacidades de ativamente *re-centralizar*, *re-colecionar*, *re-territorializar*. Porquanto permite traçar um recontar próprio e atuante de nossas e outras histórias. E não se trata aqui de esboçar meros paradoxos retóricos, mas de pontuar, quando nada, a complexidade sociocultural que contemporaneamente cada vez mais nos engolfa e desafia.

Metaforizam-se efeitos de ‘*bricolages*’ e de ‘*bricoleurs*’<sup>iii</sup> nesse *museu* enquanto *lugar mental*. Que recompõem fragmentos e assim produzem híbridas reinvenções de materiais comuns e incomuns que caem em nossas mãos. Mas são *reprocessados* nas mentes e nos fazeres. Trata-se, pois, de movimento que desfaz e refaz ‘coleções de materiais simbólicos’ (*descoleccionar para recoleccionar*) bem como desloca e recoloca fronteiras e territórios (*desterritorializar para reterritorializar*). Reafirma-se ainda a vigência



paradigmática (empírica e, portanto, exigência epistemológica) de um “*hibridismo cultural*”, por conseguinte, projetivo e interpretativo como peculiar à contemporaneidade (cf. Canclini, 1998; Maranhão, 2004: 61-62).

## II

Todavia, em contrapartida e para fins da discussão que ora se esboça: circunscreve-se a organização museológica enquanto instituição histórico-social que foi se especificando e assim tornando-se crescentemente visível desde o projeto moderno (segundo sua modelagem ocidental). Modernidade que enquanto expressão de concepções e práticas burguesas – seus modos de significação – não só funda e edifica a *invenção nacional* mas imaginariamente também a projeta e materializa nos museus. Que estando enquadrados pela função exercida em espaços (ou seja, entenda-se além de sua tangibilidade) dedicados a: guardar, rememorar, preservar; mas que, sobretudo, efetivam recortes, hierarquias, escalonamentos e, deste modo, selecionam e particularizam o que hegemônica e simbolicamente se impõe aos povos lembrarem, reverenciarem e assim quem sabe até se espelharem?

## III

Desta preliminar delimitação, podemos propor: a entidade museu tendeu assumir funções culturais e ideológicas de acentuado timbre homogeneizador em relação aos variados conjuntos societários.

Enquanto proposta museológica, a idealização de informar, formar, educar, resultou mais num esforço de conformar à multiplicidade de segmentos socioculturais segundo e sob determinados parâmetros políticos, estéticos, historiográficos etc. hegemonzados em virtude da ação de grupos detentores de poder institucional. Por exemplo, pensemos numa intelectualidade proveniente ou identificada aos valores burgueses e seus repertórios simbólicos (ou seja, detentores de tais capitais lingüísticos, culturais, estéticos), bem como as estreitas relações por esta mantida quanto: ao reelaborar de imaginários sociais (ora entendidos nos termos de representações, imagéticas ou signos – mais ou menos homogeneamente – disseminados dentre múltiplos e diversos grupos socioculturais), à oficialização de certas memorialísticas (em detrimento de outras memórias coletivas ou grupais), à efetiva eleição de acervos patrimoniais que ao darem simbolicamente respaldo a tais narrativas, incorporam, por sua vez, seletividades e hierarquias informadas por tal perfil de classe.

É plausível dizer: esse projeto moderno de museu fez dele também espaço em que a forma de selecionar memorialísticas, bem como objetos e artefatos definidos para materializar valores, crenças, significados então eleitos a fim de compor tais narrativas resultou, em muitos casos, numa quase *sacralização* em si mesmo – ou seja como se fosse lugar onde também residiria algo *sagrado*. Basta lembrar a deferência e reverência que se costuma requerer quanto ao comportamento (silencioso, contido, inibe-se contatos táteis etc.) daqueles que visitam certas unidades museológicas. Costuma-se salientar: encontram-se depositadas e exibidas relíquias, raridades, enfim valorosos legados que o dado desenho museográfico intenta apresentar a uma imaginada comunidade de visitantes porque homogeneamente representada na sua complexão sociocultural.

Vale, quando nada, conjecturar: *se e quanto* essas pretensas sacralizações puderam ou podem contribuir concretamente à elisão da *experiência-museu* dentre diversos agrupamentos – por exemplo, pensemos nos jovens? Portanto, é possível interpelar: quais *imaginárias* estariam no *lugar mental* destes segmentos socioculturais?



## IV

Convém, pois, arrolar significados políticos que estão historicamente encarnados, incorporados ou até aventados na evolução moderna e contemporânea da organização *museal*; bem como estes remetem-nos aos esforços voltados a sua reconceituação.

Para tanto, entende-se que os museus são a um só tempo: lugares de memória e de poder. Estes dois conceitos estão permanentemente articulados em toda e qualquer instituição museológica. Os museus podem simbólica e efetivamente operar como espaços onde se celebra, de modo acrítico, a “*memória do poder*”. Ou podem vir assumir a função de equipamentos interessados em trabalhar democraticamente com o poder da memória (cf. Chagas, 1998: 13).

Assim, a compreensão do museu como sendo também arena e campo de luta está bastante distante da idéia de espaço neutro e apolítico de celebração de memórias (ou ainda da memória dos poderosos). Entretanto, desde o nascedouro, os museus – mesmo estruturados sobre bases positivistas de celebração da memória de vultos vitoriosos e de culto à saudade de heróis consagrados por ‘tradição inventada’<sup>iv</sup> – estão indelevelmente marcados com os germes da contradição e do jogo dialético (cf. Chagas, *ibidem*: 20-21).

Outrossim, como a memória (provocada ou espontânea) é construção e não está aprisionada nas coisas e sim situada na dimensão inter-relacional entre os seres, e entre os seres e as coisas; encontram-se, deste modo, elementos necessários para o entendimento de que a constituição dos museus exaltadores da memória do poder decorre da vontade política de indivíduos e grupos, e representa os interesses de determinados segmentos sociais (*ibidem*).

Assim, museus de celebração da memorialística do poder das classes hegemônicas (política e socialmente porque detêm aparatos institucionais e simbólicos persuasivos) ainda que tenham tido origem, em termos de modelo, nos séculos XVIII e XIX, continuaram sobrevivendo e proliferando durante todo o século XX (*ibidem*). Tal qual demais instituições erigidas na modernidade exerceram, igualmente, funções ideológicas próprias à consolidação simbólica de tal ordenamento político e social.

A ‘*celebração ideológica*’ foi se tornando *pedra de toque* desse musealizar, assim como “*o culto à saudade, aos acervos valiosos e gloriosos*”. Seletividades que foram se efetivando pelo argumento de autoridade, onde o que importa é celebrar o poder ou o predomínio de um grupo social, étnico, religioso ou econômico sobre os outros grupos. Os objetos, para aqueles que alimentam estes modelos *museais*, são coágulos de poder e indicadores de prestígio social (*ibidem*).

Tais concepções que fazem dos museus meros contextos a celebrações importam constrangimentos às possibilidades de ativa recriação das imaginárias que podem envolver esses *lugares*.

Por exemplo, a persistência em celebrar a memória do poder é responsável pela constituição de acervos e coleções personalistas, etnocêntricas e *monológicas*. Tratadas como se fossem a expressão da totalidade das coisas ou a reprodução museológica do universal; como se pudessem expressar a realidade em toda a sua complexidade ou abarcar as sociedades através de esquemas simplistas (*ibidem*).

Como num passe de mágica imagina-se excluir visões de mundo conflitadas com a *ordem* que se pretenderia definitivamente instituída. Pelo menos, nesse museu devem ficar a margem concepções que poderiam se confrontar – assim como os interesses de classe que mais ou menos elas insistem sinalizar (cf. *ibidem*). E elidindo universos sociais em confronto, são também banidos tantos arsenais simbólicos (ou ainda memoriais e práticas culturais que os significam) engendrados por aqueles que sempre estiveram para além dos poderosos que essa tradição museológica tem celebrado.



Trata-se de discutir problemáticas concernentes à edificação de hegemonias e, portanto, à possibilidade de esboçar estratégias contra-hegemônicas nas construções sociais de memórias – de suas narrativas, patrimônios etc.

## V

Numa perspectiva teórico-metodológica, pontuam-se ainda tópicos comentários a fim de preliminarmente circunscrever a ampla e complexa problemática dos sistemas de significados nas sociedades contemporâneas. O que envolve simbolismos, imaginários e identidades neles manifestadas.

A maneira como significamos conceitos (inclusive práticas que pretendem nomear) depende da experiência, do grau de “*envolvimento*”, “*interesse*” e/ou “*informação*” que temos em relação às questões que representam. Reconhecer a “*visibilidade*” e a significação que conceitos ligados à diferenciação sociocultural ou à organização do poder apresentam para indivíduos, grupos ou classes implica também discutir (seus) sistemas de valores e repertórios simbólicos neles imbricados (cf. Maranhão, 2004: 19-21).

Temas selecionados, abordados ou apresentados são, por suposto, estímulos à imaginação visto que ao tocarem, de uma outra maneira, aspectos do universo simbólico dos sujeitos ou agentes sociais propiciam vislumbrar sistemas de significados (mais ou menos predominantes) por eles acionados para interpretar a sociedade (ou mais imediatamente seu contexto social); ou seja, valores sociais e políticos que têm lugar de destaque em suas concepções e que, por sua vez, expressam também formas culturais de ordenar e agir no mundo (cf. *ibidem*).

Entende-se, pois: procedimentos, ações ou elementos discursivos – suas formas de expressão e de organização – como essencialmente processos socioculturais e históricos especificados numa *materialidade* – seja esta estritamente lingüística ou abarque múltiplas linguagens. Porquanto, estamos sempre transitando em ‘*locus* significativos’ nos quais efeitos de sentidos se materializam ou manifestam. E enquanto ‘*unidades contextuais de significação*’ representam ‘*dados de e para interpretação*’ porque designam fatos que denotam (histórica, social e culturalmente) elaborações e/ou mediações simbólicas (*ibidem*).

Caso se evoque uma apreensão do ‘*real*’ ou da ‘*realidade*’ em sua ‘*exterioridade*’ de determinações e condições históricas de produção material, pode-se conceber a interpretação em termos de relações simbólicas dos sujeitos com essas determinações desde a maneira como são discursiva e imaginariamente apresentadas nos processos de significação (*ibidem*).

Nessa relação significação-história-cultura em que múltiplas linguagens estão discursivamente em funcionamento “... *o que interessa é a instância da forma material, em que há a definição do sujeito pela sua relação com o sistema significante na investidura dos sentidos – sujeito material, significante, histórico*” (Resende, 2000: 69); sujeito esse, “... *que se define como ‘posição’ é um sujeito que se produz entre diferentes discursos, numa relação regrada com a memória do dizer (o interdiscurso), definindo-se como função de uma formação discursiva na relação com as demais*” (Orlandi, 1996: 49). O que abrange igualmente *memórias de seu fazer*.

Assim, importa procurar, junto com a perspectiva dos sujeitos envolvidos (o que inclui relação com suas práticas), desenvolver uma reflexão e ação na qual valores ora interagem, ora se confrontam, ora se complementam, ora se distinguem na busca de pensar a sociedade compartilhada. Caminha-se, por assim dizer, numa via de duas mãos (cf. Maranhão, *ibidem*).

Num sentido, porque analisar idéias, concepções, experiências é lidar com sistemas simbólicos que são constantemente utilizados, absorvidos e recriados na prática social. O que implica também ter em vista a dinâmica que os relaciona enquanto “*objetos culturais*” a condutas (ou práticas) coletivas (cf. Durham,



1984). Logo, o reconhecimento do ponto de vista dos atores é que possibilita aproximar, retomar, discutir e, por fim, avaliar a lógica que subjaz nas representações (cf. Maranhão, *ibidem*).

A idéia de sistemas simbólicos enquanto “objetos culturais” busca destacar a dimensão histórico-cultural em sua construção e reconstrução. Mesmo pressuposto informa termos como “artefatos culturais”, atualmente expressão bem disseminada em algumas áreas de estudo, e que tem sua origem mais relacionada a uma noção da arqueologia quanto às diferenciações culturais focalizadas, primordialmente, a partir dos aparatos físicos e materiais: instrumentos, ferramentas, artefatos etc (*ibidem*).

Noutro sentido (isto é, desta mesma via), tal intento contém premissas que conformam qualquer perspectiva e assim delineiam parâmetros de discussão. E, como se fossem feixes de luz, iluminam mais certas questões, enquanto outras ficam na penumbra (cf. *ibidem*).

## VI

Como tais questões se relacionariam a possíveis *lugares do museu nos imaginários sociais*? Quais significados poderiam se projetar à *reinvenção museal* na atualidade? Que sentidos teriam possibilidade de algo representar não só aos diversos grupos socioculturais, mas especificamente em relação à juventude em vista das múltiplas formas de re-significação insufladas pelo contínuo movimento de recomposição cultural contemporâneo?

O entendimento do museu como lócus de imaginários, articula-no a sua própria potencialidade de elaborar e reelaborar representações coletivas de diversos segmentos socioculturais. Tal compreensão supõe empenho no reconhecimento de quais são os *sentidos* (experimentados ou não) desse *lugar museal* na variedade de formas representativas que configuram o *social*. Trata-se, pois, de inquirir: de que maneira a experiência-museu (inclusive representações desta ausência) traçaria *lugares* que mental e concretamente possibilitariam projetar identificações e diferenciações<sup>v</sup> a multiplicidade de sujeitos e coletividades?

### Referências Bibliográficas Citadas

CANCLINI, Nestor G. (1998), *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução Ana Regina Lessa e Heloisa Pezza Cintrão, São Paulo, EDUSP.

CHAGAS, Mario de Souza (1998), “Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade”. *Cadernos de Sociomuseologia* nº 13, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

DURHAM, Eunice R. (1984), “Cultura e Ideologia”. *Dados*, vol. 27, n 1/71-88.

JODELET, Denise, (1984), “La Representación Social: Fenómenos, Concepto y Teoría”: *Psicología Social*, Barcelona, Paidós.

MALRAUX, André (1974), *La Tête d'Obsidienne*. Paris, Gallimard.

MARANHÃO, Helena S. Ponce (2004), *Brasis Brasileiros: metáforas e descrições*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado em Educação, UFRJ (256 pp).

MOSCOVICI, Serge (1961), *La Psycanalyse, son Image, son Public*. Paris, PUF.



\_\_\_\_\_ (1986), *A Era das representações Sociais* (mimeo.). Tradução de M. H. Fávero (IP/UNB). *L'Ère des Representations Sociales* (original). In: Doise e Palonari, A, (eps.) *L' Études des Representations Sociales*. Neuchâtel – Paris, Delachaux et Niestlé, 334-80.

ORLANDI, Eni P. (1996), *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes.

RESENDE, Selmo H. (2000), “Fins Educativos da Prisão: interdiscursividade e produção de sentidos”. *Discursos Sediciosos: crime, direito e sociedade*, ano 5, n. 9 e 10 /65-73 (1º e 2º semestres de 2000), Rio de Janeiro, Freitas Bastos Editora, ICC.

SILVA, Edson Rosa da (2002), “O Museu Imaginário e a Difusão da Cultura”. *Revista Semear 6* (Revista da Cátedra Padre António Vieira de Estudos Portugueses da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, PUC-RJ ([www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/6Sem\\_14.html](http://www.lettras.puc-rio.br/Catedra/revista/6Sem_14.html)) - Data de acesso: 10 de junho de 2006).



<sup>i</sup> Esta comunicação apóia-se em projeto de pesquisa em desenvolvimento.

<sup>ii</sup> A noção de representações coletivas ou sociais retoma o conceito de Durkheim. E como notou Moscovici (1986; 1961): para alguns tal concepção ficou “esquecida”, mas foi por ele revisitada e revitalizada, renovando assim a psicologia social e suas perspectivas (cf. Jodelet, 1984).

<sup>iii</sup> Tal qual analogias propostas por Lévi-Strauss com respeito à compreensão das formas cognitivas de expressão do simbolismo social.

<sup>iv</sup> A partir de Hobsbawn e Ranger (1984) explicita-se: por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (cf. Chagas op. cit.: 25).

<sup>v</sup> Par empírica e conceitualmente indissociável porque o processo de identificação dos sujeitos ou das coletividades em relação a vivências, experiências, objetos etc. decorre mutuamente de definições de diferença quanto ao que julgam como próprio ou socialmente compartilhado.